

■ Congresso já calcula as perdas

Alexandra Bicca

■ BRASÍLIA. Os parlamentares da Comissão Mista de Planos, Orçamento Público e Fiscalização devem fechar nesta semana a votação dos relatórios setoriais, que reúnem a proposta do governo e as emendas apresentadas pelos parlamentares ao Orçamento de 2008. O relatório vai trazer o novo cálculo, que considera a queda de R\$ 1,3 bilhão na arrecadação com a redução de 0,38%

para 0,36% da alíquota da Contribuição Provisória sobre Movimentações Financeiras (CPMF), ainda a ser votada pelo plenário do Senado.

Dessa forma, até a próxima semana o texto deverá ser fechado e votado pela comissão. Ontem, o senador Francisco Dornelles (PP-RJ) apresentou a segunda versão do documento. De acordo com o texto, as receitas primárias (com impostos) foram reestimadas para R\$ 704,6 bilhões, com isso a reserva para a composição do Orçamento foi elevada de R\$ 13,8 bilhões para R\$ 21,8 bilhões.

Esse aumento vai disponibilizar mais recursos para atender as emendas coletivas e de comissões. Segundo o relator geral do Orçamento, deputado José Pimentel (PT-CE), os recursos para essas propostas, que

hoje chegam a mais de R\$ 4 bilhões, devem dobrar.

O relatório de receita considera que parte desses recursos será usada para elevar o valor do salário mínimo de R\$ 407,00, conforme proposto pelo governo, para R\$ 408,90 a partir de maio de 2008. Esse novo valor deverá ser adequado à proposta orçamentária, considerando o impacto nas despesas previdenciárias.

O Orçamento de 2008, enviado ao Congresso, soma R\$ 1,414 trilhão contra R\$ 1,560 trilhão do orçamento deste ano. De acordo com Pimentel, esse é o menor valor orçamentário já previsto, porém, o que prevê maior volume de investimentos, R\$ 92 bilhões. Isso, segundo ele, porque houve redução na reserva para pagamentos de juros da dívida.